

*Tudo se ilumina
para aquele que
busca a luz.*

BEN-ROSH



*... alumia-vos
e aponta-vos o
caminho.*

BEN-ROSH

DIRECT. E EDITOR — A. C. DE BARROS BASTO (BEN-ROSH)
Redacção na Sinagoga Kadoorie Mekor Haïm
Rua Guerra Junqueiro, 340 — PORTO

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA MODERNA, L.D.A
Rua da Fábrica, 80
PORTO

THE MAJESTY OF JUDAISM

• The special Committee shall give most careful consideration to the religious interests in Palestine of Islam, Judaism and Christianity. •

FOR PAUL GOODMAN

The terms of reference given to the Inquiry Committee on Palestine appointed by the General Assembly of the United Nations contain the above instruction that goes far beyond the other proposed investigations into the political problem of Palestine. The universal interest in the political future of Palestine has thereby been extended to the religious sphere co-extensive with three world Faiths that have a recognised status in the Holy Land.

It is of the utmost importance that the examination of the religious rights and privileges of Judaism in the Holy Land shall not suffer by the specific political and economic problems in which the Jewish position in Palestine is so closely involved. We cannot, of course, overlook the fact that, while in those fields of human endeavour that must necessarily affect the life of every individual Jewish resident in Palestine, those problems must be regulated and protected by the persons directly concerned, our common interest in the Faith that unites Jews all over the world demands that we shall speak on the sacred subject at issue with one voice. For the Majesty of Judaism in the eyes of the non-Jewish world is now in jeopardy.

We, therefore, purposely refrain from all polemical allusions which might raise controversies on political grounds. The intervention of organisations intent to stake

out a claim to be heard cannot be justified in the present case under consideration. At best, any Jewish religious conflict — if there be one that can now conceivably be suggested — is bound to have a deplorable effect on a non-Jewish, alien tribunal. We, therefore, believe that the highest interests of Judaism in the Holy Land — which all its adherents have to bear in mind — will be best served if the Jewish representation be left entirely in the competent hands of the two Chief Rabbis of Palestine.

The Jewish people is very fortunate in having its religious interests in Palestine safeguarded by two spiritual leaders of renown — R. Isaac Herzog and R. Benzion Uziel — whose eminent qualifications as the spokesmen of Judaism in the Holy Land are unchallengeable. In R. Benzion Uziel the Sephardi elements have an enlightened religious leader whose numerous publications on halachic problems in modern Jewish life in Palestine give him an exceptional claim as a jurist to be respected, while Dr. Herzog is, by virtue of his important English publication, a universally recognised authority on Jewish law and life.

These highest Jewish ecclesiastical dignitaries, who, by their official as well as by their personal qualifications, enjoy the unquestioned confidence of the Yishub, are, therefore, most fitted to represent the case of Judaism in the Holy Land before the Inquiry Committee of the United Nations.

ANO NOVO...

NOVO ALENTO!...

POR ISAAC JACOB LOPES MARTINS

...Mais uma volta que finda na roda imutável dos Tempos, mais um sem número de sonhos que se realizaram ou desfizeram... mais uma infinidade de esperanças que surgem ao alvorecer deste novo ano...

É com uma comoção mal refreada que eu vejo despontar este novo ano... Que nos reservará ele? Será agora, finalmente, a realização do nosso milenário sonho?... Teremos ainda que esperar muito tempo mais?

Teremos a dita de ver concretizado em nossos dias aquilo que constituiu o sonho imorredouro de inúmeras gerações do nosso Povo?

Talvez... No entanto, não devemos esquecer que nada é mais prejudicial que um grito de vitória antes do tempo... Calma pois, e trabalhem com a perseverança habitual, preparando o caminho para os vindouros... Essa é a nossa missão...

Se ainda não nos é possível avistar o fim da Estrada que nos há-de conduzir a Sion, tampouco poderemos descurtir o começo da mesma... O caminho tem sido tão longo, tão cheio de sofrimentos e deenganos... mas que importa, se cada um de nós sente bater ao mesmo ritmo o coração do camarada de viagem... Ombro contra ombro vamos confiantes no Mundo de Amanhã, pois estamos certos de que esta época de Trevas tem de acabar. Que nos importam as demoras e os percalços da caminhada... Vamos prosseguindo no caminho, pois o tempo para nós Judeus deixou já de ser um tirano... agora é talvez um Companheiro... Nem ele nem nós poderemos parar... Um até ao fim dos Tempos... outro... até que Sion seja a Pátria Ideal...

Por agora só vos poderei falar das dificuldades do Caminho, mas não é importante fazer algumas considerações acerca daquilo que julgo nosso dever realizar em

Erez Israel, logo que lá possamos chegar...

É preciso que cada um de nós saiba continuar e ampliar, sem contudo desvirtuar, a obra começada pelos nossos heróicos pioneiros, é preciso que cada um de nós se transforme por sua vez num pioneiro consciencioso e activo, pois ninguém deve ignorar que teremos de realizar num curto espaço de tempo aquilo que milhares de anos de sanha vandálica e incúria rotineira destruíram...

...Mas não devemos tampouco esquecer aqueles de outras raças e crenças, que por lá vivem... como moluscos incrustados na rocha... temos que estar munidos de um espírito de alta tolerância, sem contudo desviar a nossa rota para pontos de vista ideologicamente opostos... devemos pois continuar conscientes da nossa qualidade de Judeus, e sobretudo da nossa espécie de Homens... A raça, cor, religião ou correntes políticas não podem nem devem ser para nós motivos de más vontades...

O mundo caminha para a perfeição, muito embora essa caminhada seja feita na maior parte das vezes sobre sangue, lamentos e maldições, portanto nós Judeus, que temos tido sempre uma capacidade de compreensão altamente desenvolvida para os problemas que o progresso traz inevitavelmente, devemos, sem alarde, ou vaidade ostensiva, fazer com que a nossa querida Sion se transforme no exemplo vivo dum Mundo verdadeiramente digno de ser vivido e louvado... Deixemos pois, essas ideias totalitárias, esses nacionalismos ortodoxos, e tratemos de construir desde já as bases duma Pátria perfeita e bela... Eis a nossa missão de Judeus e de homens...

Visado pela Comissão de Censura

O RELATÓRIO DA COMISSÃO DA ONU

Segundo o Relatório da Maioria (redigido pelos representantes de Canadá, Checoslováquia, Guatemala, Holanda, Peru, Suécia e Uruguay), a Palestina devia ser constituída num Estado Árabe, num Estado Judaico e na Cidade de Jerusalém. Os estados árabe e judaico deviam tornar-se independentes depois dum período de transição de 2 anos, a partir de 1 de Setembro de 1947.

Os pontos essenciais do plano são:

1.º Fim do Mandato o mais cedo possível.

2.º A independência da Palestina o mais cedo possível.

3.º O período de transição tão curto como possível, para criar as condições essenciais para independência.

4.º Durante o período de transição, a autoridade incumbida da administração da Palestina e preparando a sua independência responderá às Nações Unidas.

5.º Independentemente de qualquer solução, o carácter sagrado de lugares santos deve ser conservado e o acesso aos lugares santos deve ser assegurado de acordo com os direitos existentes. Os direitos actuais das diferentes comunidades religiosas não serão negados ou diminuídos. Deve ser estabelecido um sistema adequado para a solução imparcial de divergências religiosas. Estipulações especiais relativas a estes assuntos devem ser incluídas na constituição de qualquer estado palestiniano que vier a ser constituído.

6.º A Assembleia Geral deve iniciar imediatamente negociações internacionais para tratar do problema dos judeus europeus perseguidos, dos quais 250.000 se encontram em campos de concentração, que é um assunto de extrema urgência, para aliviar a sua situação e o problema da Palestina.

7.º Deve ser condição anterior à concessão da independência que a estrutura política do novo Estado fosse essencialmente democrática, e, é representativa no carácter. A constituição deve salvaguardar os direitos e interesses de minorias.

8.º Outra condição de independência

deve ser a interpelação na constituição dos princípios básicos da Carta da Nações Unidas.

9.º Deve ser aceite como princípio cardinal que a conservação da unidade económica da Palestina é indispensável à vida e ao desenvolvimento do País e do seu povo.

10.º Um Estado cujos súbditos gozaram no passado na Palestina privilégios e imunidades de estrangeiros, incluindo jurisdição consular por capitulações, será convidado pelas Nações Unidas a renunciar qualquer direito que lhe pertence no restabelecimento de tais privilégios e direitos numa Palestina independente.

11.º A Assembleia Geral apelará para os povos da Palestina para empregarem todos os esforços para terminar os actos de violência que tanto tempo flagelaram o País.

A Comissão concordou — contra dois votos dissidentes — numa 12.ª recomendação: Apreciando o problema da Palestina deve ser considerado um facto incontrovertível que qualquer solução para a Palestina não pode ser considerada uma solução do problema judaico em geral.

No período de transição o Reino Unido devia continuar a administrar a Palestina sob os auspícios das Nações Unidas e sob supervisão decidida pelo Reino Unido e pelas Nações Unidas. Se for desejado, a administração deve ser executada com a assistência de um ou mais membros das Nações Unidas. O Reino Unido devia tomar, no período de transição, medidas necessárias para o esquema recomendado e executar as medidas seguintes:

Admitir no proposto Estado Judaico 150.000 imigrantes, em cotas mensais uniformes, dos quais 30.000 deviam ser admitidas por razões humanitárias. Se o período de transição durar mais de 2 anos, a imigração judaica devia ser permitida, não ultrapassando os imigrantes o número de 60.000 por ano. A Agência Judaica devia ser responsável pela organização da imigração.

As restrições introduzidas sob a «Pales-

tine Order in Council» de 25 de Maio de 1939 não serão aplicadas a transferências de terras dentro das fronteiras propostas para o Estado Judaico.

Duas Assembleias Constituintes devem ser eleitas pela população nas áreas dos Estados judaico e árabe respectivamente. Judeus e árabes residindo na Cidade de Jerusalém devem ter o direito de voto num Estado árabe ou judaico. Deve ser garantido o direito de livre trânsito para todos os residentes e cidadãos dos dois Estados palestinos e da cidade de Jerusalém.

A Assembleia Constituinte de cada Estado formará um Governo provisório para fazer uma declaração e assinar um tratado de união económica. Se um Estado somente cumprir aquelas condições, a Assembleia Geral das Nações Unidas deve proceder conforme julgar conveniente. No período interino estará em vigor o regime da união económica.

Entre os dois Estados deve ser firmado um tratado contendo certas providências para estabelecer a união económica da Palestina e tratar de outros assuntos de interesse comum, como alfândega, caminhos de ferro, estradas, C. T. T. e os portos de Haiffa e Jaffa. Deve também promover o desenvolvimento económico comum, especialmente relativo à irrigação, reclamação de terras e conservação do solo. Deve ser estabelecida uma Comissão Económica conjunta, consistindo de três representantes de cada um dos dois Estados e três membros estrangeiros nomeados pelas Nações Unidas. A Comissão Económica conjunta deve organizar e administrar os objectos da união económica. O saldo positivo das receitas provenientes da alfândega e de outros serviços comuns deve ser dividido de maneira seguinte: Não menos de 5% e não mais de 10% serão destinados à cidade de Jerusalém e o resto será dividido em partes iguais para os Estados árabe e judaico.

A cidade de Jerusalém deve ser colocada, depois do período de transição, sob um sistema de curadoria internacional ficando a responsabilidade pela administração nas Nações Unidas. A cidade de Jerusalém incluiria a actual municipalidade de Jerusalém e as cidades e aldeias vizinhas, das quais a mais oriental será Abu

Dis, a mais meridional Bethlehem, a mais ocidental Eln Karim e a mais setentrional Shufat. A cidade de Jerusalém deve ser uma cidade desmilitarizada, o Governador deve ser nomeado pelo Conselho de Curadoria e não deve ser um árabe nem um judeu, nem um cidadão palestino, nem durante o tempo da nomeação, um residente de Jerusalém. O Governador deve ter poderes para fazer decisões a base dos direitos existentes (status quo), no caso de divergências que possam surgir entre as comunidades diferentes relativas a lugares sagrados, edifícios e lugares religiosos em qualquer parte da Palestina. A protecção dos lugares religiosos na cidade de Jerusalém deve ser confiada a uma força especial da polícia, cujos membros devem ser recrutados fora da Palestina e não devem ser nem judeus nem árabes. A cidade de Jerusalém deve ser incluída na *União Económica Palestiniana*.

O Sector Nordeste do proposto Estado Judaico (Galileia Oriental) teria uma fronteira com o Líbano no Norte e no Oeste e com a Síria e a Transjordânia no Leste, e incluiria toda a Bacia de Hulen, o Lago Tiberias e todo o subdistrito de Beisan. De Beisan o Estado Judaico estender-se-ia para o noroeste. A planície costeira no sector judaico estende-se dum ponto no sul de Acre até ao norte de Ashdod no subdistrito de Gaza e inclui as cidades de Haiffa, Tel-Aviv e Jaffa. A área de Beersheba inclui todo o subdistrito de Beersheba incluindo o Negev e a parte oriental do subdistrito de Gaza ao sul do ponto de intersecção. A fronteira do norte desta área, do ponto de intersecção segue para sudeste até um ponto da fronteira do subdistrito de Hebron ao sul de Qubeiba e segue depois a fronteira do sul do subdistrito de Hebron até ao Mar Morto. O proposto Estado Árabe incluiria a Galileia Ocidental, a Samaria e a Judeia com excepção de Jerusalém, e a planície costeira ao sul de Isdud. O proposto Estado Judaico incluiria a Galileia Oriental, o Emek Yizrael, a maior parte da planície costeira e todo o subdistrito de Beersheba. As três secções do Estado Árabe e as três secções do Estado Judaico seriam ligados por dois pontos de intersecção, um no sudeste de Afulah no subdistrito de Nazareth e o outro no noroeste de El-Madjal no subdistrito de

AS ÚLTIMAS CENAS NA ASSEMBLEIA DA UNO

Antes de se proceder à votação, o Sr. Chamoun, delegado do Líbano, propôs um plano para um governo cantonal num estado unitário federal segundo o modelo dos Estados Unidos. Não mencionou a imigração judaica mas falou nas mais vagas generalidades. O seu discurso era claramente uma tentativa para adiar a solução. Em resposta o delegado da Islândia observou que teria sido mais útil se os árabes tivessem feito sugestões conciliatórias antes da partida do presidente da Comissão Ad Hoc, Dr. Evatt. Leu passagens do relatório do Dr. Evatt acerca das suas tentativas infrutíferas para reconciliar judeus e árabes. Nessa altura a sala estava completamente cheia de convidados, jornalistas, fotógrafos, polícia e homens à paisana.

«Os árabes são intransigentes no que se refere a um estado unitário», continuou o delegado da Islândia. «Muitos esforços foram feitos por nós para os reconciliar mas judeus e árabes censuraram-nos. Agora, na última hora, os árabes vêm com outra proposta. Parece que só depois de termos imposto a partilha hão-de procurar verdadeiramente a conciliação e não antes.»

O Sr. Johnson, pelos Estados Unidos, disse: «Declaro respeitosamente que o delegado do Líbano não propôs uma conciliação. A proposta não menciona a Alta Comissão Árabe e por isso não é uma conciliação. Peço a votação imediata».

O Dr. Aranha, Presidente da Assembleia Geral, anunciou que chamaria para a votação depois dos discursos dos delegados da Pérsia e da Síria. O delegado da Pérsia disse: «Estou contente com o espírito árabe de conciliação» e propôs um adiamento de várias semanas para estudar o plano libanês. Faris el Khouri, da Síria, depois de prestar homenagem ao delegado da Pérsia disse que não foram convidados para conciliações. «Só fomos convidados a discutirmos fronteiras e a partilha. Os judeus da América estão numa proporção de um para trinta e no entanto estenderam a sua influência mesmo até às Nações Unidas, intimidando os oradores. A América devia ter cuidado. Mas a sua influência aqui indica que não serão uma minoria num estado palestino unitário onde são um para três».

O delegado russo disse: Podemos resolver em 24 horas um problema de 25 anos? Os árabes não quiseram discutir um estado federal quando a Rússia o propôs na primavera passada. Agora querem voltar para trás. A partilha é o resultado de muitos estudos. Manobras complicam mas não solucionam o problema da Palestina. Pedimos que se vote a partilha que nós apoiamos».

Depois de algumas outras intervenções dos árabes, o Sr. Dr. Aranha declarou: «Votamos agora».

As luzes dos fotógrafos iluminaram a

Gaza. A Galileia ocidental árabe confinaria com o Mediterrâneo e o Líbano de Ras-en-Naqura até Qadas, seguindo dali a fronteira ocidental do subdistrito de Tiberias até ao leste de Mount Tabor e dali para o ponto de intersecção de Afulah. A fronteira do país colinoso de Samaria e de Judea começaria no Rio Jordão no sudeste de Beisan e seguir a fronteira do norte do distrito de Samaria para oeste até ao ponto de intersecção no sudeste de Afulah e dali para o oeste para Lajjun, dali para o sudoeste passando ao oeste de

Tulkarem, a leste de Qilqilia e ao oeste de Madjal Aba, dali para oeste para Rishon le Zion, ficando Lydda e Ramleh no Estado Árabe, e voltando para leste até um ponto no oeste de Latrun. A fronteira seguiria depois o lado norte da estrada Latrun-Madjal até o segundo ponto de intersecção e dali para sudeste até um ponto no subdistrito de Hebron. A fronteira no sul de Qubeiba seguiria dali a fronteira do subdistrito de Hebron até ao Mar Morto. A planície costeira árabe ia até à fronteira egípcia.

sala quando os «sim»s e os «não»s aliviaram a tensão e marcaram o destino judaico. O «sim» francês foi recebido com aplausos da galeria o que provocou a intervenção do Dr. Aranha. A votação procedeu e depois de 2.000 anos foi aprovado pela O. N. U. o estabelecimento dum Estado judaico.

Votaram em favor: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Byelo-Rússia, Canadá, Costa Rica, Checoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicaragua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polónia, Suécia, Ucrânia, União Sul Africana, Uruguai, U. R. S. S., Estados Unidos e Venezuela.

Os países que votaram contra a partilha: Afganistão, Cuba, Egipto, Grécia, Índia, Irão, Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Sféria, Turquia e Yemen.

Abstenções: Argentina, Chile, China, Columbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido e Yugoslávia.

O Sião não estava presente.

A audiência avisada pelo Dr. Aranha não aplaudiu o resultado, e o Dr. Aranha agradeceu pelo comportamento exemplar.

O Dr. Granados, delegado de Guatemala, disse à Imprensa: «Estamos satisfeitos com a vitória legal. Esperamos agora a vitória prática. Estou feliz.»

Um dos delegados árabes disse ao Dr. Eliahu Epstein: «Bem, sejam bons vizinhos». O delegado da Pérsia saudou o Dr. Epstein de maneira semelhante. Nos corredores os jornalistas judeus foram abraçados pela Imprensa geral e mesmo correspondentes não judeus cuprimentaram os chefes judaicos com «shalom», todos conscientes da solenidade do fim duma era de 2.000 anos. Os bairros judaicos de Nova York eram «pequeno Tel Aviv» nesse dia. A Imprensa judaica com grandes cabeçalhos: «Yiddische Meluche», o retrato de Herzl, a bandeira judaica, Sheer Hamaalot e Shehechayanu, foi lida mesmo por judeus que normalmente não lêem a imprensa «Yiddish», mas que agora no metro orgulhosamente ostentaram os jornais. Um jornalista árabe, apertou a mão do correspondente de «Palcor» e disse tristemente: «Boa sorte».

JUDEUS PORTUGUESES!...

...Israelitas de todo o mundo! Meditai um pouco no vosso destino. Fixai os olhos naqueles patriotas, que lá ao longe, consagrados ao culto da verdade e liberalidade, se batem, entre as maiores dificuldades e sacrifícios, contra a escravização insuportável, que lhe é ditada por certos povos Imperialistas.

Lembraivos que foi há 50 anos iniciada, por Theodor Herzl, uma nova era para o *Mundo Judaico!* É preciso que o povo Judeu seguindo o caminho delineado por aquele unificador de Israel, e mais tarde alargado e vivificado por Weizman, Nahum Sokolow, Brandeis, e muitos outros chefes iluminados pelo génio e inspirados pela Verdade e liberalidade, consiga num futuro próximo chegar à etape final.

.....
Judeus Portugueses! colaborai e contribuí para a realização do Ideal Sionista.

Inscrevei-vos desde já no «Grupo Sionista», o qual deseja o vosso apoio moral.

Ser *Sionista* é pois, uma necessidade imperiosa para a *Raça*. Hoje mais que nunca Israel precisa de Vós.

Judeus Portugueses! Lembraivos de que, elementos estranhos, para quem a liberdade, não é uma frase banal, mas sim um profundo sentimento, têm-se, mais que uma vez revoltado, contra a escravização de *Israel*.

Como tal não se pode compreender, que sendo vós pertença do *Povo de Israel*, vivais na indiferença.

Eis pois — colaborar é um dever que se Impõe.

E Vós judias portuguesas, ensinai aos vossos filhos a bela e nobre *História de Israel*, segredai-lhes com carinho os grandes feitos dos seus maiores, para melhor poderem também compreender e apoiar, o esforço e acção intensiva dos actuais heróis de *Israel*.

Fazei com que decorem nomes de chefes como Herzl, para que lhes sirvam de estímulo.

E assim esperamos a vossa adesão ao *Grupo Sionista* «Theodor Herzl», para que nesta mesma comunhão de affectos, continuemos o caminho para a *Vida, para o Futuro e para a Vitória*. — AMÍLCAR PAULO.

Como viviam os judeus em Portugal

AS ORIGENS

POR AMILCAR PAULO

(LEVI BEM-HAR)

Acerca da origem dos judeus na Península Ibérica, pouco ou nada poderemos asseverar. Entretanto, na opinião de alguns historiadores de reconhecida autoridade, teriam vindo já no Século XIII antes da era vulgar, referindo-se a própria *Biblia* a viagens de judeus das tribos de Dan e Asher, às quais pertenciam a maioria dos marinheiros do tempo. Estas duas tribos eram vizinhas dos fenícios, que foram exímios na arte de navegar, senhores dos mares e costas do Mediterrâneo. O Livro I dos Reis, Capítulo X relata-nos uma expedição de judeus a Tarsis que alguns historiadores, assim como Schulten e outros, provam ser na Península.

Nada mais natural, que de tempos antigos, os judeus atraídos pela amenidade do clima e fama das suas riquezas naturais, seguissem os passos dos fenícios, vindo-se fixar na Península.

Quando da divisão do Povo de Israel em dois reinos, novamente, judeus fugidos às violências de Reboão, homem de gênio perdulário, foram trazidos pelas correntes incertas do mar até à Península.

Poucos anos depois, Nabucodonosar, rei da Babilónia, destruiu Jerusalém e o Templo, levando cativos os habitantes. Alguns deles, segundo opinião de alguns historiadores, foram comprados por Hispano rei de Espanha. Assim voltaram judeus às terras do *último ocidente*, enxugando lágrimas, simulando esquecimento dos restos da opulenta cidade, outrora alvejada de frondosos pomares, que eram como o seu estrado de princesa.

Quando da revolta de Jerusalém, Tito filho de Vespesiano, imperador de Roma, à força de rigorosos combates, toma Jerusalém destruindo-a. Os judeus que não pereceram na luta, foram constrangidos a aportar à Península como escravos. Nos princípios do Século II da era vulgar, a ela voltaram, vendidos pelo Imperador Adriano.

Ao fundar-se a Nacionalidade Portuguesa, encontravam-se já muitos daqueles judeus espalhados pela Península Ibérica e portanto pelos lugares que formavam o novo «Reino». Mas a grande vinda deste povo para as terras de Portugal, deu-se principalmente no ano de 1492, quando os reis católicos de Espanha o expulsaram, sendo acolhidos no nosso país por D. João II.

«Foram bem recebidos por El-Rei — escreve o rabi Imanuel Aboab — e acordaram, que pudessem entrar no reino, seiscentas casas de judeus, com pagar-lhe oito escudos de ouro cada um e que ao cabo de seis anos, lhe mandariam dar navios acomodados, e por moderados preços, para poderem sair de seus reinos para as partes de Africa ou Levante, como mais quisessem.»

Os Judeus em Portugal antes da sua expulsão ou conversão

Manuel Pinheiro Chagas, na sua História de Portugal, livro III, capítulo XLIX, páginas 364, diz: «Desde o tempo dos godos que a raça judaica vivia e prosperava em Espanha no meio de transe continuados, condenados e muitas vezes expulsos pelos reis, e pelos concílios, sujeita a mil vexames, esmagada com impostos e vítima frequentemente das convulsões populares. Mas os seus conhecimentos e os seus recursos financeiros tornavam-na sempre necessária, de forma que lá vinham ao mesmo tempo leis protectoras compensar o efeito das leis de perseguição e de intolerância».

Nesta mesma corrente de ideias claras das suas qualidades, o ilustre historiador Henrique Schaefer, diz: «As suas qualidades, as suas capacidades universalmente reconhecidas cedo os dotaram neste país, como em Espanha, duma certa influência».

Dai os soberanos os escolherem para ministros de finanças e senhores absolutos

Josef Meller

Por notícias de Londres soubemos que o Ex.^{mo} Sr. Josef Meller, esq. O. B. E., com 86 anos de idade, foi súbitamente chamado à presença de Deus Bendito.

O Sr. Meller era desde 1931 vice-presidente do Portuguese Maranos Committee de Londres e muito dedicado à Obra do Resgate.

Em 1935 e 1938 foi duma notável dedicação na ajuda da nossa Obra. E' sempre com tristeza que vemos afastar do nosso convívio as pessoas que nos são queridas, mas a Escritura Sagrada nos ensina:

Deus o deu, Deus o levou, louvado seja Deus.

Que a sua alma seja ligada ao feixe da vida eterna e o seu corpo repouse em paz e glória,

Assim seja.

Eva Paulo

Com 14 anos de idade afastou-se de nós, por chamamento de Deus Bendito, a menina Eva Paulo, irmã do nosso colaborador Amílcar Paulo.

Foi uma filha exemplar em todo o sentido: na dedicação à família, na aplicação ao estudo. Frequentava, com grande aproveitamento o 4.º ano do liceu.

Que a sua alma seja reunida ao feixe da vida eterna e que o corpo repouse em paz e glória.

do erário régio, vendo que lhes cresciam os rendimentos quando eram os judeus que lhes administravam.

D. Diniz também como D. Afonso Henriques, cujos exemplos de tolerância, tantas vezes seguiu, protegera-os, permitindo-lhes andarem sem sinais nem divisas. Desses privilégios dá-nos notícia Fr. Pedro Monteiro, consultor da Inquisição na sua História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas conquistas, dizendo-nos:

(Continua).

Casamento na Palestina

Na terça-feira, 17 de Abril de Elul de 5702 (2 de Setembro de 1947), às 17 horas se consorciaram a menina Tsebiah Bendob, natural de Matosinhos (Porto) e o sr. Abraham Hochwald, natural de Trieste, ambos residentes na Palestina. A bênção nupcial realizou-se na residência do Rev.^{mo} Rabbi da vila de Ramat Gan B (Ramat Itzhak), Rabbi Abramovitz, assistindo 150 pessoas.

Depois da cerimónia houve um copo de água seguido de um jantar. Houve discursos dos Rev.^{os} Rabbis presentes.

A noiva é filha do sr. Menasseh Bendob, um dos fundadores e membro honorário da Comunidade Israelita do Porto.

MAZAL TOB — Bésiman tob.



Casamento no Porto

No dia 31 de Agosto de 1947, pelas 14 horas na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, Catedral Israelita do Norte de Portugal, à rua Guerra Junqueiro, 340—Porto se realizou o casamento da menina Eta Prezman com o sr. Ronald Wright, natural de Londres.

O pai da noiva é o sr. Prezman, industrial em S. João da Madeira. Foi celebrante o Rev.^o Rabbi Mendel Disendruck, digno chefe espiritual da Comunidade de Lisboa, que encantou a numerosa assistência com a sua excelente voz de barítono. Tocou órgão o conhecido professor de música Sr. Cipriano Gil. Os noivos e convidados trajaram cerimoniosamente.

Depois da cerimónia houve na residência do Sr. Finkelsztejn um magnífico lanche de casamento, no qual usaram da palavra o Rev.^o Rabbi Disendruck, o Prof. Capitão Barros Basto, e vários amigos dos noivos.

A Sinagoga estava lindamente ornamentada com muitas plantas e flores. Tapeçarias vinham até à rua, tudo disposto com arte.

MAZAL TOB — Bésiman tob.